

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.247.955 - SP (2018/0033491-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **HOS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**
ADVOGADOS : **HEITOR EVARISTO FABRICIO COSTA E OUTRO(S) - SP023569**
RICARDO NEVES COSTA - SP120394
FLÁVIO NEVES COSTA - SP153447
AGRAVANTE : **PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS**
ADVOGADOS : **MARIA DE FÁTIMA CHAVES GAY E OUTRO(S) - SP127335**
ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA PERDIZ PINHEIRO - SP183805
EVERALDO MATOS PEREIRA - SP350415
LUCIANA LAMBERTI RUSSO DOS ANJOS - SP350812
RENATA VON ATZINGEN JORDÃO ANDRADE JUNQUEIRA -
SP387383
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por HOS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA contra decisão que não admitiu o recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL - Pretensão ao ressarcimento pela inexecução parcial de serviços de pintura industrial em tanques de armazenamento de petróleo — Agravo retido - Preliminares de inépcia da petição inicial e falta de interesse de agir rejeitadas - Decisão mantida — Agravo não provido — Preliminar de nulidade da sentença — Fundamentação clara e completa — Rejeição — Prova pericial produzida em ação cautelar que constata a existência de serviços pedidos e não executados — Pagamento integral que é incontroverso - Inadimplemento parcial das obrigações contratuais que se verifica - Falha na fiscalização que não obsta o surgimento do dever de indenizar - Cláusula limitadora da responsabilidade que não se aplica às perdas e danos correspondentes ao próprio inadimplemento da obrigação pactuada - Prejuízos com a paralisação dos tanques que não foram demonstrados - Parte que não se desincumbiu do ônus de provar fato constitutivo do próprio direito - Contratação de centro de pesquisas que foi realizada mediante solicitação do perito judicial, para dar apoio técnico aos trabalhos por ele realizados — Custos que integram as despesas processuais e devem ser suportados pela parte sucumbente - Multa por oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios que não deve subsistir - Recurso manejado pela parte que suporta o ônus da demora do processo - Sentença parcialmente reformada - Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos parcialmente para consignar que os juros de mora em 0,5% ao mês, desde a citação.

Nas razões do recurso especial, sustenta afronta aos seguintes dispositivos

legais:

a) **art. 1.013 do CPC** - o acórdão teria decidido a apelação fora dos limites que lhe foram postos, extrapolando princípio da devolutividade;

b) **art. 1.241, § 1º, do Código Civil de 1916** - "*tratando-se de empreitada ad mensuram, presumem-se realizados corretamente os serviços já pagos*" - fls. 515; e

c) **art. 85, § 14, do CPC** - vedada a compensação de verba honorária.

Sustenta também que o acórdão teria sido *extra petita*, pois "*a petição inicial não foi explícita no que se refere a pagamento de serviços não realizados, mas tão somente especificou a questão da suposta má execução do serviço*" - fls. 510.

É o relatório.

DECIDO.

2. Inicialmente, quanto à tese de julgamento *extra petita*, verifico que, apesar da explicitação dos fatos e fundamentos, não foi apontado qualquer dispositivo de lei federal como afrontado, o que enseja a deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula nº 284/STF.

3. Da mesma forma, incide o Enunciado n. 284/STF quanto à tese de afronta ao art. 1.013 do CPC - afronta ao princípio da devolutividade, tendo em vista que não foi especificado nas razões do recurso especial o ponto acerca do qual teria supostamente o Tribunal de origem decidido a causa de forma a extrapolar os limites que lhe foram postos, o que impede a exata compreensão da controvérsia e inviabiliza o exame da presente pretensão recursal.

4. No que se refere à tese de afronta ao art. 1.241, § 1º, do Código Civil de 1916 - presumirem-se realizados corretamente os serviços já pagos, por se tratar de empreitada *ad mensuram* - assim decidiu o v. acórdão recorrido:

Para a confecção do primeiro laudo, o perito realizou análise documental e vistoria dos tanques em questão. Para a elaboração do laudo complementar, foram esvaziados dois dos tanques, para realização de nova vistoria, por amostragem, desta vez com a realização de ensaios e testes, por profissionais do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel, 'com o intuito de confirmar e validar os resultados obtidos na vistoria inicial (fl. 1335, autos da cautelar). - fls. 443

[...]

O referido anexo II, como já se deixou entrever, traz uma tabela em que são discriminadas, para cada tanque e cada serviço contratado, as diferenças entre o que foi medido pela apelante e o que foi efetivamente executado pela apelada, por área. Os valores positivos correspondem aos serviços que não foram medidos, mas foram realizados, e os valores negativos correspondem aos serviços que foram medidos, mas não foram realizados.

Para vários serviços, a soma das diferenças de cada tanque tem resultado negativo, revelando que os valores medidos ultrapassam os valores efetivamente executados. Conjugando essa circunstância com o fato de que a ocorrência do pagamento integral das medições é incontroversa, tem-se que a apelada não adimpliu suas obrigações contratuais, no modo e na quantidade pactuados.

Como mostra a leitura das conclusões transcritas acima, o que o perito constatou não foi o desgaste natural da pintura, variações compatíveis com as normas técnicas editadas pela apelante ou incompatibilidades entre os métodos e as tintas exigidos, nem alterações realizadas com o consentimento da apelante, mas a inexecução dos serviços medidos e pagos, bem como o descumprimento das especificações técnicas, não deixando qualquer dúvida quanto à natureza dos vícios apurados. - fls. 445.

Rever os fundamentos que ensejaram todos esse entendimento exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Por fim, referente à tese de afronta ao art. 85, § 14, do CPC, apesar de o Tribunal de origem ter pontuado acerca da norma indicada como afrontada, o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, qual seja: **a sentença foi proferida em 22/OUT/2007, antes da vigência do atual CPC - fl. 490**, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

6. Ante o exposto, nego provimento ao agravo de HOS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA .

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator